

Lília Maria Valente Seidensticker Gomes

**PROJETO DE INTERVENÇÃO – “REVITALIZAÇÃO DO  
CONHECIMENTO E USO DAS PLANTAS MEDICINAIS  
EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DO MOSAICO  
DA BOCAINA”**

Rio de Janeiro

2016



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
FIOCRUZ

Lília Maria Valente Seidensticker Gomes

**PROJETO DE INTERVENÇÃO – “REVITALIZAÇÃO DO  
CONHECIMENTO E USO DAS PLANTAS MEDICINAIS EM UMA  
COMUNIDADE TRADICIONAL DO MOSAICO DA BOCAINA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência final do curso de especialização em “Gestão da Inovação em Medicamentos da Biodiversidade” de Ensino a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública “Sérgio Arouca”/Fiocruz.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carmelinda Monteiro Costa Afonso

Rio de Janeiro

2016

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca de Medicamentos e Fitomedicamentos/ Farmanguinhos / FIOCRUZ - RJ

G633p

Gomes, Lilia Maria Valente Seidensticker

\* Projeto de intervenção – “Revitalização do conhecimento e uso das plantas medicinais em uma comunidade tradicional do Mosaico da Bocaina”/ Lilia Maria Valente Seidensticker Gomes . – Rio de Janeiro, 2016.

viii , 40f. : il. 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Carmelinda Monteiro Costa Afonso

Monografia (Especialização) – Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos, Pós-graduação em Gestão da Inovação de Medicamentos da Biodiversidade na modalidade EAD, 2016.

Bibliografia: f. 45-48

1. Comunidades tradicionais. 2. Território. 3. Plantas Medicinais.  
4. Promoção da Saúde I. Título.

CDD 581.634

**PROJETO DE INTERVENÇÃO – “REVITALIZAÇÃO DO  
CONHECIMENTO E USO DAS PLANTAS MEDICINAIS EM UMA  
COMUNIDADE TRADICIONAL DO MOSAICO DA BOCAINA”**

LÍLIA MARIA VALENTE SEIDENSTICKER GOMES

Trabalho de Conclusão do Curso submetido a banca examinadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Especialista em “Gestão da Inovação em Medicamentos da Biodiversidade”.

Aprovado em 26 de abril de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Carmelinda Monteiro Costa Afonso (Orientadora)

---

Msc. Gissia Galvão (ENSP/Fiocruz)

---

Dr. Marcelo Neto Galvão (PAF/NGBS)

*“Preservar é Resistir,  
Resistir é Conservar,  
Conservar é saber usar,  
Saber usar é a arte das  
comunidades tradicionais”*

(Fórum de Comunidades Tradicionais)

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNDSS – Comissão Nacional de Determinantes Sociais em Saúde

DCP – Diagnóstico Comunitário Participativo

DSS – Determinantes Sociais em Saúde

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

FCT – Fórum de Comunidades Tradicionais

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

OMS – Organização Mundial da Saúde

OTSS – Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis

PNPCT – Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNPMF – Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde

VPAAPS – Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro I** – Eixos transversais da PNPS e objetivos específicos da PNPCT e da PNPMF

**Quadro II** – Ações propostas e resultados esperados para o Projeto “Revitalização do Conhecimento e Uso das Plantas Medicinais em uma Comunidade Tradicional do Mosaico da Bocaina”

**Quadro III** – Previsão de orçamento para a realização do Projeto “Revitalização do Conhecimento e Uso das Plantas Medicinais em uma Comunidade Tradicional do Mosaico da Bocaina”

**Quadro IV** – Cronograma para realização das ações do Projeto “Revitalização do Conhecimento e Uso das Plantas Medicinais em uma Comunidade Tradicional do Mosaico da Bocaina”

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>RESUMO</b> .....  | 08 |
| <b>1. OBJETO</b> (situação problema e análise diagnóstica) .....                                       | 09 |
| <b>2. OBJETIVO DA PROPOSTA</b> .....   | 12 |
| <b>3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA CIENTÍFICA</b> .....   | 13 |
| <b>3.1</b> Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) .....           | 14 |
| <b>3.2</b> Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) .....                | 15 |
| <b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....  | 18 |
| <b>4.1</b> Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais ..... | 18 |
| <b>4.2</b> Política Nacional de Promoção da Saúde .....  | 20 |
| <b>4.3</b> Política Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos .....                              | 22 |
| <b>4.4</b> Articulação entre as políticas apresentadas .....   | 24 |
| <b>4.5</b> Território, preservação ambiental e comunidades tradicionais .....                          | 26 |
| <b>4.6</b> Ecologia dos Saberes .....  | 31 |
| <b>5. METODOLOGIA</b> .....  | 33 |
| <b>5.1</b> Avaliação .....   | 35 |
| <b>6. ANÁLISE DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO</b> .....  | 39 |
| <b>7. ASPECTOS ÉTICOS</b> .....  | 39 |
| <b>8. ORÇAMENTO</b> .....  | 40 |
| <b>9. CRONOGRAMA</b> .....   | 43 |
| <b>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 44 |
| <b>11. REFERÊNCIAS</b> .....   | 45 |

**Resumo:**

No Brasil as políticas públicas voltadas para os Povos e Comunidades Tradicionais ainda são bem recentes. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) foi instituída apenas em 2007, dentre seus principais eixos de atuação temos: a garantia de acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais. O presente trabalho propõe-se a apresentar um pré-projeto para fortalecer a identidade cultural de comunidades tradicionais por meio do resgate cultural de utilização das plantas medicinais, bem como realizar uma reflexão sobre a relação do conhecimento tradicional com o conhecimento científico, com enfoque na interculturalidade. Para isto elegeu como campo de atuação o Mosaico da Bocaina, território que apresenta grande vulnerabilidade socioambiental, estão presentes nesta região cerca de quarenta comunidades tradicionais de três segmentos - caiçaras, indígenas e quilombolas. O projeto buscará, portanto, na abordagem da Ecologia dos Saberes e Promoção da Saúde a utilização racional de plantas medicinais, visando empoderamento e maior autonomia da comunidade com relação aos seus cuidados com saúde e a permanência em seus territórios tradicionais.

**Descritores:** Comunidades tradicionais, território, plantas medicinais, promoção da saúde.

## **1. Objeto (situação problema e análise diagnóstica):**

No Brasil as políticas públicas voltadas para os Povos e Comunidades Tradicionais ainda são bem recentes. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi ratificada em 1989 e trata dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo, foi considerada como marco zero para as discussões no nosso país. Porém, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) foi instituída apenas em 2007 pelo Decreto 6040, tendo como principal objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável desses grupos. A Política está estruturada basicamente em quatro eixos principais:

- I) garantia de acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais;
- II) infraestrutura;
- III) inclusão social e educação diferenciada;
- IV) fomento à produção sustentável.

O Decreto 6040 define os povos e comunidades tradicionais como grupos diferenciados em sua cultura e com identidade própria que se organizam de forma específica, em um determinado território restrito com a utilização dos recursos naturais como insumo para a reprodução e consolidação de práticas ancestrais de teor cultural, social, religioso e econômico, e que praticam a transmissão do conhecimento como tradição e preservação destas práticas (BRASIL, 2007).

Outras definições que trata o Decreto 6040 referem-se ao que seja território tradicional e desenvolvimento sustentável, portanto:

- Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, e
- Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007).

O desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado à diversidade biológica, sobretudo no Brasil, país que detém como patrimônio uma megadiversidade. Lembrando-se que a diversidade biológica não é simplesmente um conceito que pertence ao mundo natural, também é uma construção cultural e social (DIEGUES, 2001).

Existe, portanto, uma estreita relação entre preservação do ambiente, desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais.

No estado do Rio de Janeiro encontramos uma região que congrega uma riquíssima diversidade biológica no seu conceito mais amplo (natural, cultural e social), que é a região da Costa Verde, que compreende as cidades de Paraty e Angra dos Reis. Lá há uma área de Mata Atlântica preservada onde se encontram há vários séculos populações tradicionais de indígenas e mais recentemente (cerca de 200 anos) comunidades de quilombolas e caiçaras. Todas estas comunidades tradicionais são em grande parte responsáveis pela preservação desta área de Mata Atlântica, conhecido como Mosaico da Bocaina.

O Mosaico Bocaina foi instituído pela Portaria MMA nº 349, de 11 de dezembro de 2006. Um conjunto de unidades de conservação e áreas protegidas é considerado um mosaico, quando sua gestão é feita de maneira integrada, pois assim como os ecossistemas ali presentes são interdependentes, suas administrações também devem ser<sup>1</sup>.

A região do Mosaico Bocaina reúne quinze unidades de conservação de âmbitos federal, estadual e municipal e suas respectivas zonas de amortecimento, localizada no Vale do Paraíba do Sul, litoral norte do Estado de São Paulo e litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo 09 municípios destes estados. A região integra o Corredor da Biodiversidade da Serra do Mar, um “hotspot”, área prioritária para conservação, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau, contendo pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e estima-se que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original, a Mata Atlântica.

O território do Mosaico abriga importantes maciços florestais totalizando cerca de 222.000 ha, sob condições especiais de manejo e proteção legal. Abarca cinquenta e três comunidades tradicionais de três segmentos (trinta e nove caiçaras, sete indígenas e sete quilombolas). Caracteriza-se como um território de vulnerabilidade socioambiental devido aos efeitos climáticos, às pressões decorrentes da especulação fundiária e

---

<sup>1</sup> Disponível em: [www.mosaicobocaina.org.br](http://www.mosaicobocaina.org.br)

imobiliária e à precarização das políticas públicas de educação, saneamento, saúde e soberania alimentar <sup>2</sup>.

As comunidades tradicionais que se localizam nestas áreas de conservação são praticamente as responsáveis pela sua preservação, pois através de suas práticas de manejo da mata, intercalando áreas de plantio (roças) com períodos de descanso e recuperação do solo (pousio), contribuíram tanto para a conservação da fauna e flora como também para o aumento da biodiversidade da região.

Outro fato importante para a grande conservação desta região foi o seu isolamento geográfico e o difícil acesso, no entanto, a partir da década de 1970 com a abertura da rodovia BR 101, a Rio – Santos, toda esta área passou a ser alvo de grandes empreendimentos (exemplos - estaleiro Verolme e a Usina Nuclear de Angra) e também da especulação imobiliária, que percebeu na região um enorme potencial resultado de sua grande beleza natural, devido a isto, as comunidades tradicionais que ali residiam começaram a sofrer pressões e ameaças sobre seus territórios e modo de vida (OLIVEIRA; et al, 2014).

---

<sup>2</sup> Disponível em: [www.facebook.com/forumdecomunidadestradicionalisangraparatyubatuba](http://www.facebook.com/forumdecomunidadestradicionalisangraparatyubatuba)

## **2. Objetivo da proposta:**

O presente trabalho propõe-se a apresentar um pré-projeto como parte do processo de implementação de estratégias e processos de um programa já existente na região. Possui como objetivo geral a revitalização do conhecimento e do uso tradicional de plantas medicinais junto a comunidades da região do Mosaico da Bocaina que detém grande acúmulo de conhecimento tradicional.

Dentre os objetivos específicos podemos elencar:

- Fortalecer a identidade cultural das comunidades tradicionais por meio da revitalização cultural de utilização das plantas medicinais, bem como realizar uma reflexão sobre a relação do conhecimento tradicional com o conhecimento científico, com enfoque na interculturalidade.

- Elaborar um projeto de intervenção viável às comunidades tradicionais do Mosaico da Bocaina na abordagem da Ecologia dos Saberes e Promoção da Saúde para a produção sustentável e utilização racional de plantas medicinais, visando empoderamento e maior autonomia da comunidade com relação aos seus cuidados com saúde.

- Fomentar a discussão sobre o território, no caso um território tradicional, as políticas públicas que perpassarão e dialogarão por todo o conteúdo do projeto até a importância dos fóruns de mobilização social, que já existem no território, e como estes estando configurados em rede garantem um avanço mais consistente nas suas lutas de resistência enquanto povos tradicionais.

Para se construir e discutir um projeto deste tipo, alguns conceitos e temas devem ser discutidos e refletidos, e dentre eles podemos destacar:

- políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais
- território, conhecimento tradicional e preservação ambiental

### **3. Justificativa técnica científica:**

A escolha por este território deu-se por questões de afinidade pessoal com a localidade, pela minha atuação profissional no Palácio Itaboraí – Fiocruz Petrópolis com um projeto de arranjo produtivo local com plantas medicinais, o qual também trabalha com uma comunidade tradicional, o Quilombo do Tapera.

Outro fato de grande importância para a escolha da região está relacionado à mobilização permanente desde 2007, com a prática do diálogo das lideranças - as lideranças destas comunidades se reúnem para discutir seus problemas comuns de reconhecimento como comunidades tradicionais e luta pela permanência em seus territórios, permanentemente ameaçados, ora por especulação imobiliária, ora pelo poder público que quer estabelecer no local unidade de preservação que não permite a permanência de quem sempre viveu e cuidou do seu território.

Além do Fórum de Comunidades Tradicionais, que é um fórum de mobilização social, ocorre nesta região um projeto da Fiocruz, mais especificamente da Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), que juntamente com o Fórum de Comunidades Tradicionais procura discutir e intervir nos determinantes sociais de saúde deste território tradicional, é um projeto de pesquisa-denominado de Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

A partir desse projeto foi possível a primeira aproximação entre as comunidades quilombolas da Bocaina – Quilombo do Campinho e de Petrópolis – Quilombo do Tapera onde além da divulgação da Campanha “Preservar é Resistir” – que faz alusão a luta pelos territórios das comunidades tradicionais comum a esses dois quilombos. A partir dessa aproximação, foi possível discutir a proposta de trabalho com plantas medicinais e a possibilidade de intercâmbio de iniciativas entre essas comunidades.

Esta organização já existente – o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) – permitirá uma aproximação mais rápida aos guardiões das memórias com relação às plantas medicinais como também facilitará as discussões de ações que porventura venham a se desenhar com o presente pré-projeto.

O resgate do saber tradicional faz-se necessário ao reforço da autonomia dos sujeitos, seja nas práticas do autocuidado ou como multiplicador deste conhecimento, no sentido do fortalecimento da cultura do uso de plantas medicinais.

As práticas tradicionais de utilização das plantas medicinais estão intimamente ligadas ao resgate cultural das comunidades tradicionais. Portanto, não se pode falar de uma prática que considere apenas os aspectos ambientais ou socioculturais; é fundamental ter uma compreensão de que todos estes elementos estão intimamente ligados: as práticas culturais, a questão de identidade e os cuidados com a saúde.

### **3.1 Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba**

O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) que engloba as cidades de Angra dos Reis, Paraty, no estado do Rio de Janeiro, e Ubatuba, pelo estado de São Paulo, foi criado em julho de 2007 como estratégia de enfrentamento às dificuldades e pressões externas em cada território, assim as várias etnias presentes na região do Mosaíco da Bocaína, passaram a se reunir e discutir em conjunto seus problemas como uma forma de enfrentarem o “fantasma do progresso”.

O FCT é um espaço de fortalecimento e articulação onde as comunidades se reúnem para discutir questões comuns, tais como: o território, turismo, educação, cultura, pesca, agricultura, agroecologia, mercado solidário, entre outros. O FCT também conta com um Núcleo Jovem através dele os jovens das comunidades são estimulados a discutir os problemas enfrentados por todos e a permanecerem nas comunidades lutando pela sua preservação.

O Fórum facilita a articulação em rede, consolidando a organização política e é aberto à participação de todas as comunidades tradicionais da região do Mosaíco da Bocaína. É um movimento de base comunitária em que as comunidades tradicionais da região trocam experiências e juntas buscam soluções para os problemas enfrentados.

Constitui um importante instrumento para o reconhecimento dos direitos dessas comunidades e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Tem como missão “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.”<sup>3</sup>

Em 2014, o FCT lançou a campanha “Preservar é Resistir” – em Defesa dos Territórios Tradicionais, através do lançamento de um vídeo feito pelo FCT, a campanha tem o intuito de discutir em vários fóruns questões comuns às três etnias, como permanência no território, educação diferenciada, valorização dos conhecimentos tradicionais, entre outras.<sup>4</sup>

### **3.2 Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina**

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham. No Brasil, a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais de Saúde (CNDSS) amplia um pouco mais esta definição, entendendo que os “DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população.” (BUSS et PELLEGRINI, 2007). Com este entendimento da CNDSS, no sentido de discutir os determinantes sociais de saúde e fortalecer os movimentos sociais, a Fiocruz, através da Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) iniciou um trabalho de aproximação junto ao FCT auxiliando-os no tocante ao planejamento das ações do fórum e na qualificação dos comunitários. Em 2009 foi celebrada uma parceria entre a Fiocruz, a Funasa e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, que ganhou corpo e ações no território com a criação do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

Em junho de 2014 foi inaugurada a sede física do Observatório que se configura como um espaço para o exercício da cidadania onde tecnologias sociais são apresentadas e desenvolvidas pelos comunitários e pesquisadores das duas instituições,

---

<sup>3</sup>Disponível em: [www.facebook.com/forumdecomunidadestradicionaisangraparatyubatuba](http://www.facebook.com/forumdecomunidadestradicionaisangraparatyubatuba)

<sup>4</sup> Disponível em: <https://vimeo.com/95572866>

para gerar conhecimentos inovadores e críticos auxiliando assim a promoção do desenvolvimento sustentável e da saúde no território das comunidades tradicionais.

O OTSS desenvolve projetos no sentido de produzir soluções territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde a partir da ecologia de saberes e de um modo de governança participativo que promove a autonomia das comunidades.<sup>5</sup>

De acordo com o coordenador do OTSS, Edmundo Gallo (2015)

o OTSS é uma pesquisa-ação na qual a aproximação ao objeto científico realiza-se integrada à prática. Adota a ecologia de saberes, a interação entre os conhecimentos científicos e tradicionais, para a definição da hierarquia de prioridades do território. O OTSS estabeleceu um modo de governança que coloca comunitários e pesquisadores como protagonistas do processo decisório, garantindo que as decisões e a operacionalização das ações sejam realizadas considerando saberes científicos e tradicionais. Usa um desenho de gestão baseado em espaços de planejamento estratégico e núcleos que decidem estratégias e operam ações de forma articulada. Este formato de governança dialoga com o território e constitui uma ecologia de saberes territorializada, promovendo a autonomia pessoal e coletiva e a sustentabilidade do projeto – OTSS.

O modelo de governança do OTSS, a partir de núcleos formados por comunitários e pesquisadores, auxilia no alcance do seu objetivo central: promover a autonomia das comunidades tradicionais, ampliando sua capacidade de gestão e governabilidade para implantar formas de produção e consumo contra-hegemônicos, em uma perspectiva de desenvolvimento e valorização de seu modo de vida, produzindo soluções para as necessidades do território (GALLO et al., 2015).

Dentre as ações do OTSS realizadas, fazem parte a qualificação do Fórum de Comunidades Tradicionais, com a assessoria jurídica e de comunicação, a realização do “Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: Diálogos e Caminhos” em parceria com o FCT, o Ministério Público Federal (MPF) entre outros e uma estação experimental de saneamento ecológico na Praia do Sono, área esta que sofre forte pressão da especulação imobiliária.<sup>6</sup>

A própria construção do OTSS, como já foi dito acima, foi fruto da aproximação entre a Fiocruz e o FCT quando num primeiro momento foi trabalhado o planejamento estratégico do FCT no sentido de fortalecer as suas ações. Desse planejamento foram definidas algumas prioridades a serem observadas como a própria ação de saneamento

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/observatoriobocaina/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/observatoriobocaina/info/?tab=page_info)

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.preservareresistir.org/#!/Encontro-de-Justiça-Socioambiental-da-Bocaina-Territórios-Tradicionais-Diálogos-e-Caminhos-divulgação/ca81/551d9c130cf2aa18117a6292>

na Praia do Sono – localidade definida pelo FCT, além da questão da saúde onde foi apontada também a necessidade de se resgatar as práticas tradicionais em especial o uso de plantas medicinais (GALLO; et al, 2015).

#### **4. Referencial teórico:**

No presente estudo abordaremos três políticas públicas que possuem forte caráter transversal, inter e trans-setorial, e em se tratando das comunidades tradicionais tem muito a contribuir, que são: a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF).

A primeira política nos oferece as diretrizes de trabalho com as comunidades tradicionais, no entanto como a proposta de trabalho sugere o resgate e fortalecimento do uso das plantas medicinais, a PNPMF nos orienta e estabelece as diretrizes que devem ser observadas, e a PNPS nos auxilia a articular as duas políticas anteriores e nos orienta no sentido dos determinantes sociais de saúde, do empoderamento e autonomia dos povos tradicionais (BRASIL, 2015), colaborando com a articulação das duas políticas anteriores.

Importante ressaltar que em se tratando de conhecimento e uso de plantas medicinais por comunidades tradicionais, este vem desde o seu cultivo e posterior utilização, além do mais, é importante nos atermos um pouco sobre as questões do território, uso da biodiversidade e utilização dos recursos naturais, temas também abordados neste tópico do trabalho.

Encerrando esta sessão iremos abordar os conceitos da Ecologia dos Saberes, de Boaventura de Souza Santos, como referencial teórico para trabalharmos com as comunidades tradicionais, tratando do dialogo entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico.

##### **4.1 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**

Instituída pelo Decreto nº 6040/2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) se propõe a ampliar e diversificar os beneficiários das políticas públicas nacionais. O Brasil, sendo um país tão amplo e diverso em sua composição étnica e cultural, necessita implantar e implementar políticas públicas que promovam e garantam o bem-estar das populações

tradicionais, invisíveis muitas vezes, e que encontram-se socialmente excluídas e/ou discriminadas por pressões econômicas e questões territoriais (ZIMMERMANN, 2009).

As ações e atividades da PNPCT deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada e sistemática, para atingir seus objetivos (BRASIL, 2007). Dentre os princípios de que trata a PNPCT, destaco os abaixo que consideramos como de maior interesse ao presente trabalho:

- o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

- a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

- a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

- o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;

- a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

- o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

- a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

- a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

- a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

- a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

- a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica (BRASIL, 2007)

A formulação da PNPCT proporcionou o reconhecimento das desigualdades sofridas pelos povos e comunidades tradicionais e os trouxe para um debate público, fortalecendo a participação e representação destes grupos sociais em espaços políticos formais e informais, sendo um importante passo para a conquista da igualdade de direitos (ZIMMERMANN, 2009).

#### **4.2 Política Nacional de Promoção da Saúde**

Além da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, temos outra política de grande interesse para a discussão que é a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) instituída pela Portaria nº 687, de 30/03/2006 (BRASIL,2015) revisada em 2015.

A PNPS (2015) explicita como seus princípios a equidade, a participação social, a autonomia, o empoderamento, a intersetorialidade, a intrasetorialidade, a sustentabilidade, a integralidade e a territorialidade. E considera a solidariedade, a felicidade, a ética, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade, a justiça e a inclusão social como valores fundantes no processo de sua concretização (BRASIL, 2015).

A PNPS apresenta uma relação de temas transversais que servem de referências norteadoras para a formulação de projetos e de linhas de trabalho que tenham como foco o desenvolvimento saudável e sustentável do Sistema Único de Saúde. Os temas transversais são (BRASIL, 2015):

- Determinantes Sociais de Saúde (DSS), equidade e respeito à diversidade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Produção de saúde e cuidado;
- Ambientes e territórios saudáveis;
- Vida no trabalho;
- Cultura da paz e direitos humanos

(Ao final da abordagem das três políticas de interesse ao trabalho, construímos um quadro onde procuramos articular alguns dos temas transversais da PNPS com os objetivos específicos das duas outras políticas - PNPCT e PNPMF).

O campo de Promoção da Saúde configura-se como um local onde uma série de reflexões e práticas que questionam e procuram superar o modelo biomédico se convergem. Por apresentar um conceito amplo de saúde e de prever a mobilização social na sua elaboração, a Promoção da Saúde é capaz de reunir formas interdisciplinares de conhecimento e congrega práticas intersetoriais no sentido de ampliar o modo de intervenção, superando assim, a abordagem biomédica no cuidado da saúde (CARVALHO, et al.; 2004).

A Promoção da Saúde ao fazer frente ao paradigma biomédico, no tocante à complexidade de fatores que hoje se aceitam no processo saúde-doença e reunindo para este enfrentamento uma complexa teia técnico-social, encontra na PNPCT elementos que somados se fortalecem no desafio de proporcionar saúde e qualidade de vida às comunidades tradicionais.

As plantas medicinais, que iremos abordar no próximo item, através da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos encontram na Promoção da Saúde um forte amparo no sentido de promover autonomia e empoderar sujeitos e grupos sociais.

### **4.3 Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**

As plantas medicinais sempre foram elementos de cura e proteção da humanidade, no entanto, cada vez mais este conhecimento ancestral está sendo negligenciado, ficando restrito a alguns indivíduos (mateiros e benzedeiros) ou a grupos de conhecimento tradicional, como os indígenas e quilombolas.

Porém, desde o final dos anos 1990 e principalmente a partir da publicação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) ambas de 2006, esforços estão sendo realizados para a valorização dos conhecimentos tradicionais destes grupos populacionais.

A Política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL, 2006c) apresenta as seguintes diretrizes de trabalho:

1. Regulamentar o cultivo; o manejo sustentável; a produção, a distribuição, e o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, considerando as experiências da sociedade civil nas suas diferentes formas de organização.
2. Promover a Formação técnico-científica e capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos.
3. Incentivar a formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e inovação em plantas medicinais e fitoterápicos.
4. Estabelecer estratégias de comunicação para divulgação do setor plantas medicinais e fitoterápicos.
5. Fomentar pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação com base na biodiversidade brasileira, abrangendo espécies vegetais nativas e exóticas adaptadas, priorizando as necessidades epidemiológicas da população.
6. Promover a interação entre o setor público e a iniciativa privada, universidades, centros de pesquisa e Organizações Não Governamentais na área de plantas medicinais e desenvolvimento de fitoterápicos.
7. Apoiar a implantação de plataformas tecnológicas piloto para o desenvolvimento integrado de cultivo de plantas medicinais e produção de fitoterápicos.
8. Incentivar a incorporação racional de novas tecnologias no processo de produção de plantas medicinais e fitoterápicos.

9. Garantir e promover a segurança, a eficácia e a qualidade no acesso a plantas medicinais e fitoterápicos.

10. Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros.

11. Promover a adoção de boas práticas de cultivo e manipulação de plantas medicinais e de manipulação e produção de fitoterápicos, segundo legislação específica.

12. Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios derivados do uso dos conhecimentos tradicionais associados e do patrimônio genético.

13. Promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos.

14. Estimular a produção de fitoterápicos em escala industrial.

15. Estabelecer uma política intersetorial para o desenvolvimento socioeconômico na área de plantas medicinais e fitoterápicos.

16. Incrementar as exportações de fitoterápicos e insumos relacionados, priorizando aqueles de maior valor agregado.

17. Estabelecer mecanismos de incentivo para a inserção da cadeia produtiva de fitoterápicos no processo de fortalecimento da indústria farmacêutica nacional.

No presente trabalho, a diretriz mais diretamente relacionada é a décima, que reconhece o uso popular das plantas medicinais, sendo que, no entanto outras diretrizes também dialogam com as questões de biodiversidade e sustentabilidade que também discutimos.

As diretrizes apresentam recomendações para suas realizações entre as que mais se relacionam com nosso objeto são:

- Criar parcerias do governo com movimentos sociais visando o uso seguro e sustentável de plantas medicinais;

- Identificar e implantar mecanismos de validação/reconhecimento que levem em conta os diferentes sistemas de conhecimento (tradicional/popular x técnico/científico);

- Promover ações de salvaguarda do patrimônio imaterial relacionado às plantas medicinais (transmissão do conhecimento tradicional entre gerações);

- Apoiar as iniciativas comunitárias para a organização e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e populares

- Estimular profissionais de saúde e população ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos;

- Resgatar e valorizar o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais.

As plantas medicinais hoje, já fazem parte do arcabouço terapêutico oficial do sistema de saúde brasileiro, o SUS. No entanto, percebe-se que apesar da PNPMF e da PNPIC o conhecimento tradicional continua a se perder, pois sendo os fitoterápicos utilizados hoje, industrializados, já não seguem a lógica de uso tradicional e sim a lógica de uma racionalidade médica dominante no mundo ocidental – a biomédica.

Outro aspecto que merece ser enfatizado é que contrariando as diretrizes, o reconhecimento das práticas de grupos e comunidades tradicionais não são facilmente aceitos no sistema oficial de saúde. O conhecimento e a prática de raizeiros e benzedeiros deveria estar sendo compartilhado (ou pelo menos discutido), no entanto, o que se percebe é a discriminação (muitas vezes por ignorância, outras por arrogância) deste conhecimento por muitos profissionais de saúde e até hoje as pessoas que praticam seus conhecimentos ancestrais são acusadas de bruxaria e charlatanismo.

Estes dois fatos são contraditórios com o que defende a Promoção da Saúde, percebe-se portanto, que apesar dos esforços em se enfrentar o modelo biomédico vigente e dar voz aos movimentos e grupos sociais, ainda há um grande caminho a percorrer.

#### 4.4 Articulação entre as políticas apresentadas

Procuramos organizar os objetivos específicos da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) em um quadro articulando-os com os eixos transversais de que trata a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), procurando desta forma facilitar o diálogo entre as três políticas.

**Quadro I** – Eixos transversais da PNPS e objetivos específicos da PNPCT e da PNPMF

| <b>Eixos transversais da PNPS</b> | <b>Objetivos específicos da PNPCT</b>                                    | <b>Objetivos específicos da PNPMF</b>              |
|-----------------------------------|--|--|
| Produção de saúde e               | - Garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de | - Ampliar as opções terapêuticas aos usuários, com |

|                                   |   |  |
|-----------------------------------|---|--|
| cuidado                           | saúde de qualidade e adequados às suas características sócio-culturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional;   | garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados a fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde, considerando o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais. |
| Ambientes e territórios saudáveis | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;</li> <li>- Solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável</li> </ul>                                     |  |
| Cultura de paz e direitos humanos | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;</li> <li>- Garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;</li> </ul> | - Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios decorrentes do acesso aos recursos genéticos de plantas medicinais e ao conhecimento tradicional associado.   |
| Desenvolvimento sustentável       | - Apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.  | - Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas de plantas medicinais e fitoterápicos e o fortalecimento da indústria farmacêutica nacional neste campo.   |

|  |  |   |
|--|--|---|
|  |  | <p>- Promover pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e inovações em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva.</p> |
|--|--|---|

Fonte: “Elaboração própria”

Podemos perceber que a temática das plantas medicinais percorrem praticamente todos os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais apresentadas no quadro acima e, portanto, dialogam também com a Política Nacional de Promoção da Saúde. Pode-se dizer que participação e ação intersetorial são categorias-chave no âmbito destas três políticas.

As três Políticas apresentadas, PNPS, PNPCT e a PNPMF, dão margem a propostas de programas que apresentem forte enfrentamento ao modelo biomédico vigente, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento local com ações intersetoriais, empoderamento das comunidades tradicionais, e porque não dizer uma desmedicalização do cuidado à saúde já que as plantas medicinais devem ser encaradas não como substitutivas do medicamento industrializado, mas sim como um instrumento de valorização de culturas tradicionais e empoderamento e autonomia dos povos ancestrais (CARVALHO, et al.; 2004).

#### **4.5 Território, preservação ambiental e comunidades tradicionais**

Um conceito e metodologia construído para o entendimento da relação entre a sociedade e a natureza são o de paisagem e ecologia da paisagem. A paisagem pode ser considerada como um mosaico de habitats, desde os menos tocados pela ação humana até aqueles que sofreram uma atividade humana intensa. Nesse sentido, de acordo com Larrère (1997 apud DIEGUES 2001),

a paisagem é uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas. A ação das diversas sociedades modela a natureza e seus diversos habitats, construindo um território. Um mosaico de diferentes habitats espelha a ação material e simbólica das diversas comunidades humanas que os ocuparam ao longo dos séculos. Ecólogos da paisagem consideram que a estrutura da paisagem é importante para a manutenção dos processos ecológicos e da diversidade biológica, particularmente em áreas onde vivem comunidades tradicionais diretamente dependentes dos usos dos recursos naturais. Nesse sentido, a paisagem é fruto

de uma história comum e interligada: a história humana e natural (LARRÈRE 1997 apud DIEGUES, 2001, p.08)

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (BRASIL, 1998) define biodiversidade como a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, ou seja, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte, inclui também a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas.

De acordo com DIEGUES (2001), a diversidade biológica não é simplesmente um conceito que pertence ao mundo natural, também é uma construção cultural e social. “As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas (DIEGUES, 2001, p.01)”.

A Convenção da Diversidade Biológica enfatiza as áreas protegidas de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas, etc) como locais privilegiados para o estudo e a conservação da biodiversidade. Como essas áreas, por lei, não admitem moradores em seu interior, reforça-se o argumento que a biodiversidade não só é um produto natural como sua conservação pressupõe a ausência e mesmo a transferência de populações tradicionais de seu interior, tal conceito é assumido pela corrente do grupo de conservacionistas/preservacionistas.

No entanto, estas áreas de uso indireto, que são áreas protegidas no nosso país, estão em crise, muitas estão sendo invadidas e degradadas. Este modelo de parques sem habitantes, que foi importado dos Estados Unidos, encontra-se em tal estado de degradação, segundo a corrente conservacionista/preservacionista, por razões ligadas a falta de dinheiro para desapropriação, falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público, etc. Porém para aqueles que defendem outros modelos de conservação essas dificuldades são inerentes ao modelo atual dominante das áreas protegidas, pois foram importadas de um modelo norte-americano, que possuem um contexto cultural e ecológico diferente do nosso. No entanto, este modelo operacional de proteção ambiental não foi importado sozinho, junto vieram um pacote de conceitos científicos que norteiam a escolha da área, o tipo de unidade de conservação, o manejo e a gestão das mesmas (DIEGUES, 2001).

O modelo de área protegida de uso indireto não permite residentes no seu interior, mesmo se tratando de comunidades tradicionais presentes há muitas gerações nestes locais, pois postulam que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem.

A partir da década de 1980, no entanto, vários pesquisadores e pensadores em diferentes continentes, analisando os impactos sociais, ecológicos e culturais sobre regiões de floresta tropical, começaram a apontar os fracassos do modelo preservacionista das áreas de uso indireto. Eles partem da constatação de que muitas dessas áreas habitadas por populações tradicionais tinham se conservado florestadas e com alta biodiversidade pela ação manejadora ligada ao modo de vida dessas comunidades que, com a criação das áreas protegidas, passaram a estar sujeitas à expulsão (DIEGUES, 2001).

Este grupo de pesquisadores/pensadores, ligados às ciências naturais e sociais, começaram a propor uma outra lógica para a questão da preservação e conservação da biodiversidade, que veio a ser conhecida como ecologia social ou ecologia dos movimentos sociais.

Essa nova tendência baseava-se em argumentos de ordem ética, política, cultural e ecológica. Sob o ponto de vista ético, argumenta-se ser injusto expulsar comunidades que vivem nas áreas de florestas há tantas gerações e que são responsáveis pela qualidade dos habitats transformados em áreas protegidas, dado o seu modo de vida e o uso tradicional dos recursos naturais. Sob o ponto de vista político, constatou-se que, sem o apoio dessas comunidades, grande parte das ações conservacionistas e preservacionistas tem efeito oposto à real conservação dos habitats e dos recursos naturais. Além disso, o modelo preservacionista tem alto custo social e político, pois adota um enfoque autoritário, de cima para baixo, uma vez que, na maioria das vezes, as comunidades locais não são consultadas a respeito da criação de uma área protegida restritiva sobre seu território (DIEGUES, 2001, p.07).

Estudos mostram que o manejo e a gestão das áreas naturais estão profundamente ligados à visão de mundo e práticas culturais das comunidades tradicionais e não apenas ligadas a conceitos e práticas científicas. Estes estudos têm mostrado que as comunidades que habitam as áreas de preservação opõem-se fortemente aos avanços da especulação imobiliária, do agronegócio, das mineradoras e outras formas de degradação ambiental (CARVALHO, 2010; OLIVEIRA et al., 20014; SANTOS, 2014).

Pesquisadores da corrente da ecologia social têm apresentado a tese de que a biodiversidade não é um conceito puramente biológico - que trata de diversidade genética de indivíduos, espécies e de ecossistemas – mas que também é um somatório de antigas práticas das comunidades tradicionais que domesticaram espécies, mantendo e muitas vezes aumentando a diversidade local.

Um dos corolários dessas pesquisas é que a escolha dos sítios de alta biodiversidade para o estabelecimento de áreas protegidas não pode se basear simplesmente em critérios biológicos, mas também nos sócio-culturais. Pode-se pensar que aquelas áreas de alta biodiversidade resultantes de uma interação positiva entre as comunidades tradicionais e ecossistema deveriam receber alta prioridade nos processos de escolha, por meio do estabelecimento de áreas protegidas que valorizam essas interações (DIEGUES, 2001, p.09).

DIEGUES (2001) cita em seu artigo Brown, K & Brown, G. (1992), que compararam a ação das comunidades tradicionais em florestas tropicais brasileiras, conservando a biodiversidade de suas áreas, com a destruição ocasionada pela ocupação de áreas por grandes fazendeiros e grupos econômicos.

... esse uso “subdesenvolvido” da terra e de seus recursos, geralmente, descrito como “primitivo”, não-econômico e predatório pelas agências oficiais de “desenvolvimento”, tem se mostrado como o uso mais rentável da floresta a curto e médio prazo, mantendo a biodiversidade e os processos naturais de forma eficaz; mesmo que não sirva aos interesses das populações urbanas mais densas e poderosas (muitas vezes míope) (BROWN & BROWN, 1992 apud DIEGUES, 2001; p.15).

Percebe-se, portanto, que a biodiversidade não pertence somente ao conhecimento natural, mas também ao conhecimento cultural. Além disto, tem-se ainda que para as comunidades tradicionais a natureza não é apenas um “recurso natural”, mas sim um conjunto de seres vivos que se interligam numa complexa trama da vida, em que elementos naturais e sobrenaturais não se dissociam, pelo contrário, eles interagem e regem suas vidas.

O Mosaico da Bocaina sendo uma área de preservação ambiental com diversos parques e com diversas instituições que os gerenciam, imputam às comunidades tradicionais uma constante ameaça com relação à permanência em seus territórios. Além disso, algumas áreas (principalmente das praias) sofrem fortíssimas ameaças, agora com

o viés econômico, da especulação imobiliária, que já é responsável pela expulsão de centenas de famílias caiçaras de seus territórios, muitas das quais hoje engrossam uma comunidade favelizada na cidade de Paraty, conhecida como Ilha das Cobras (CARVALHO, 2010).

Iniciativas como o “Encontro de Justiça Sócio Ambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: Diálogos e Caminhos” realizado em abril de 2015 em Paraty são de fundamental importância para se discutir ampla e profundamente os problemas que envolvem os territórios tradicionais <sup>7</sup>. O Encontro envolveu várias instituições, como Fiocruz, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Prefeitura de Paraty e diversas ONG’s. Ao final foi lançada a Carta do Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina <sup>8</sup> da qual destacaremos as seguintes conclusões, mais pertinentes ao nosso trabalho:

*“1. A presença de povos ou comunidades tradicionais em Unidades de Conservação federais e estaduais é uma realidade no território abrangido pelo Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas. A situação representa uma fonte frequente de intensos conflitos socioambientais que, junto com aqueles decorrentes da implantação de empreendimentos, exigem soluções concretas juridicamente válidas, desafiando os agentes envolvidos para o estabelecimento de diálogo permanente;*

*2. A Constituição Federal estabelece a incumbência ao Poder Público de garantir o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo definir espaços territoriais especialmente protegidos, assim como a de assegurar o pleno exercício dos direitos territoriais e culturais, os modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, conforme estabelecido em seus artigos 1º, 215, 216, 225, 231, e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;*

*4. A Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em seu artigo 28, parágrafo único, assegura às*

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.preservareresistir.org/#!Encontro-de-Justiça-Socioambiental-da-Bocaina-Territórios-Tradicionais-Diálogos-e-Caminhos-divulgação/ca81/551d9c130cf2aa18117a6292>

<sup>8</sup> Disponível em: [http://media.wix.com/ugd/4fab7e\\_54aac828f0a4490bab90497431dfaa69.pdf](http://media.wix.com/ugd/4fab7e_54aac828f0a4490bab90497431dfaa69.pdf)

*populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais, e em seu artigo 42, §2º prevê a compatibilização da presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações;*

*5. É necessária uma leitura do art. 42 do SNUC conforme a Constituição Federal e a Convenção nº 169 da OIT, entre outras, para conciliar a presença das populações tradicionais e Unidades de Conservação de todas as categorias, já que sua presença é reconhecida como aliada importante na preservação/conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira, respeitada a autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais;*

*10. Deve-se buscar a compatibilização do exercício dos direitos constitucionais das populações tradicionais, da conservação do meio ambiente e da proteção da diversidade étnica e cultural. Sob a perspectiva da gestão compartilhada de territórios sobrepostos e seus recursos naturais, assumem importância estratégica os instrumentos jurídicos tais como os Planos de Manejo, os Planos de Uso Tradicional, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, os Termos de Compromisso, Termos de Ajustamento de Conduta e os Acordos de Manejo, bem como os acordos constituídos localmente entre as partes, que visem a compatibilizar direitos;”<sup>9</sup>*

#### **4.6 Ecologia dos Saberes**

De acordo com Boaventura Santos, “A ecologia de saberes é um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm” (SANTOS, 2005, p.22)

A ecologia dos saberes tem como objetivo relacionar o saber científico com outras formas de conhecimento, procura oferecer às diferentes formas do saber uma igualdade de oportunidade para se expressarem e construir juntas uma sociedade mais justa e democrática. Isto não implica em compreender todas as formas de conhecimento com a mesma validade, mas de favorecer discussões entre conhecimentos

---

<sup>9</sup> Disponível em: [http://media.wix.com/ugd/4fab7e\\_54aac828f0a4490bab90497431dfaa69.pdf](http://media.wix.com/ugd/4fab7e_54aac828f0a4490bab90497431dfaa69.pdf)

que não podem ser desqualificados apenas por não se adequarem ao conhecimento científico moderno (SANTOS, 2004).

Ao contextualizar o conceito “ecologia dos saberes”, Boaventura Santos, abre uma discussão sobre a hegemonia e a dominação do conhecimento científico, pois segundo ele, existem outros conhecimentos que explicam a nossa realidade. O fato dos “conhecimentos não-científicos” serem denominados de “conhecimentos tradicionais, alternativos ou periféricos” já evidencia uma relação de superioridade e dominação. Boaventura fala da necessidade de igualdade entre essas formas diferentes de conhecimento e propõe o diálogo numa relação horizontal, na qual não há conhecimento superior ou inferior, mas concepções diferentes da realidade que devem comunicar-se, tornando-se interdependentes (SANTOS, 2004).

O conhecimento técnico-científico preside à globalização neoliberal e baseia a sua hegemonia na forma credível com que desacredita todos os saberes rivais, sugerindo que não são comparáveis, em termos de eficácia e coerência, à cientificidade das leis do mercado. Dado que a globalização é hegemônica, não surpreende que ela esteja enraizada no saber, não menos hegemônico, da ciência moderna de base ocidental (SANTOS, 2004, p.12)

A concepção de ecologia de saberes parte do pressuposto de que não existe ignorância ou conhecimento total. É justamente a “ignorância”, ou seja, a incompletude, que vai demandar o diálogo e a troca entre diferentes conhecimentos

## 5. Metodologia:

O trabalho partirá de uma pesquisa bibliográfica de trabalhos e projetos que tenham como enfoque a interculturalidade (dando-se ênfase naqueles que trabalham com a Ecologia de Saberes), o desenvolvimento local sustentável e ações de Promoção da Saúde.

O projeto visa a importância do diálogo entre o conhecimento científico moderno e o conhecimento construído pelos povos e comunidades tradicionais à luz do conceito “Ecologia de Saberes” de Boaventura de Sousa Santos.

O projeto pretende ser uma proposta de intervenção, que para se concretizar prevê ações de mobilização das comunidades tradicionais, com o intuito de construir coletivamente estratégias para a implantação do projeto de resgate e uso das plantas medicinais no território, tendo sempre como premissa uma escuta acolhedora e sem pré-conceitos sobre os saberes das comunidades tradicionais. O diálogo franco e horizontal deverá ser o maior instrumento de trabalho.

A proposta de construção de um projeto que terá como premissa a escuta acolhedora e sem pré-conceitos das comunidades visará fortalecer, dentro deste território, os conhecimentos tradicionais com relação às plantas medicinais e como estas ajudam na promoção da saúde e na prevenção de doenças, sem no entanto, deixar de ter como foco a interculturalidade e visando as plantas medicinais como um meio de fortalecer a autoestima e autonomia das comunidades/indivíduos no cuidado de sua saúde.

Como o OTSS já trabalha na linha da Ecologia de Saberes (GALLO, 2015), parto da premissa que as comunidades e principalmente as lideranças do FCT já estão familiarizadas com as discussões e os diálogos horizontais.

No início serão marcadas reuniões/oficinas com as lideranças do Fórum de Comunidades Tradicionais, com representação das três etnias presentes no território, a fim de que juntos possamos discutir as principais linhas de ação do projeto, deverá ser escolhido um grupo gestor para o acompanhamento dos trabalhos.

Por se tratar de uma proposta de elaboração de um projeto com ampla participação das comunidades tradicionais, haverá a necessidade de envolver o maior número de pessoas para a discussão e elaboração de propostas, por isso acredito que como primeiro passo deva ser realizado um levantamento pelos próprios comunitários de como está o conhecimento e uso das plantas medicinais nas diferentes comunidades e nas diferentes etnias.

Como vários estudos apontam, um dos principais problemas para uma acelerada perda da identidade cultural, ou conhecimento ancestral, principalmente no caso das plantas medicinais, é o não envolvimento ou interesse dos jovens nestas questões (SANTOS, 2014). Como o FCT possui em sua estrutura um Núcleo Jovem, a proposta, será a de envolver ao máximo este grupo de jovens nos trabalhos com a plantas medicinais.

Ao grupo gestor do projeto será proposta a formação de grupos de comunitários que realizem um diagnóstico comunitário participativo (DCP) com foco nas plantas medicinais nos seus diversos enfoques – saúde, alimentar, ritualístico. Com o propósito de se mapear nas diversas comunidades tradicionais que compõe o Mosaico da Bocaina, quais plantas são utilizadas, se há cultivo ou extrativismo, se é um extrativismo sustentável, quem orienta o uso em cada comunidade ou quem são os “guardiões da memória” de cada comunidade.

O uso do diagnóstico comunitário participativo traz inúmeros benefícios, tais como:

- dar a oportunidade aos membros da comunidade de compartilhar suas ideias e experiências sobre as plantas medicinais;
- comprometer as comunidades no projeto e ampliar sua participação nas futuras atividades do mesmo;
- fortalece a auto-estima e a confiança, entre os membros da comunidade;
- favorece a sustentabilidade do projeto (WEINSTEIN, et al., 2005).

Estes grupos de trabalho deverão ser formados por ambos os sexos e de diferentes faixas etárias, porém com um foco maior entre os jovens.

Realizar-se-ão oficinas para se discutir o diagnóstico participativo – importância e relevância do trabalho, como ele será realizado, público alvo, como deverá ser registrada as entrevistas, e também discussões sobre o tema das plantas medicinais –

importância da preservação cultural, políticas públicas que embasam o trabalho com as plantas medicinais.

Todo o processo de trabalho deverá ser minuciosamente documentado para que nenhuma informação se perca ou seja negligenciada e alguns momentos específicos deverão ser gravados em vídeo. Durante a realização do diagnóstico pela equipe de comunitários, reuniões deverão ser agendadas para se discutir o andamento do processo, avalia-lo e corrigir possíveis desvios ou incongruências.

Após este levantamento pelo grupo do diagnóstico comunitário participativo, teremos um retrato da realidade das plantas medicinais nas comunidades tradicionais da Bocaina. Neste momento, os grupos de cada etnia irão se reunir e preparar um consolidado do DCP das várias comunidades participantes de cada etnia para ser compartilhado para o grupo todo.

A partir deste compartilhamento, o grupo gestor do projeto e o grupo responsável pelo diagnóstico e quem mais estiver sensibilizado e querendo participar deverão se reunir e traçar as bases de um projeto de trabalho com plantas medicinais para a região do Mosaico da Bocaina, respeitando-se as diversidades culturais de cada segmento étnico, valorizando as tradições e buscando um trabalho que valorize a interculturalidade.

Neste momento, ferramentas de participação comunitária deverão ser desenvolvidas para se trabalhar de maneira eficaz e prazerosa com o grupo no sentido de promover uma escuta acolhedora e uma participação efetiva e produtiva de toda a equipe para que todos sintam-se contemplados na elaboração do projeto.

### **5.1 – Avaliação**

A avaliação possui importância estratégica para acompanhar o comportamento das ações realizadas e realimentar decisões e opções técnicas e programáticas dos trabalhos. Está presente desde a etapa de diagnóstico, criação/formulação do projeto, implementação, execução, resultados e futuros desdobramentos.

A avaliação não deverá ser feita apenas ao término do projeto. Ao contrário ela acompanha todo o processo de execução e implantação, para isto deverão ser construídos “indicadores de acompanhamento da ação”.

Toda decisão e sua implementação – no campo social – está permeada de opiniões, valores, pautas culturais, demandas e pressões que estão em constante embate, influenciando processos e resultados. Daí falarmos não só em acompanhamento avaliativo da ação, mas também em monitoramento, objetivando aumentar consensos e corrigir distorções durante o desenvolvimento do projeto (CARVALHO, 2001, p.64).

Portanto, para o presente projeto os indicadores de acompanhamento da ação a serem propostos serão principalmente de caráter qualitativo. e os resultados esperados poderão ser expressos no quadro a seguir.

**Quadro II** – Ações propostas e resultados esperados para o Projeto “Revitalização do Conhecimento e Uso das Plantas Mediciniais em uma Comunidade Tradicional do Mosaico da Bocaina”

| <b>Ação</b>   | <b>Indicador de acompanhamento</b>  | <b>Resultado esperado</b>   |
|---|---|---|
| Realizar reuniões com lideranças do FCT   | Interesse e adesão ao projeto   | FCT com interesse no projeto  |
|   | Apresentação de propostas para o projeto pelo FCT                           | Formado um grupo gestor do projeto principal                          |
|   | Envolvimento do Núcleo Jovem do FCT   | Vários jovens interessados em participar                              |
| Apresentar a proposta de um trabalho de diagnóstico comunitário participativo sobre plantas medicinais  | Envolvimento de comunitários das três etnias                                | Participação e envolvimento de comunitários das três etnias           |
|   | Participação de jovens  | Vários jovens interessados em discutir em participar dos trabalhos    |
| Organizar grupos para a realização de diagnóstico participativo comunitário sobre as plantas medicinais | Formar grupos de trabalho para realização das entrevistas                   | Grupos de comunitários formado  |
|   | Representatividade de várias comunidades tradicionais do Mosaico da Bocaina | Várias comunidades das três etnias representadas, com grupos formados |
| Realizar oficinas para discutir o DCP   | Entendimento do que é um DCP e como realiza-lo                              | Compreensão dos comunitários sobre o DCP                              |

|  |   |  |
|--|---|--|
|  | Conversas sobre as plantas medicinais (programas e políticas)             | Conhecimento dos comunitários sobre as políticas e programas de plantas medicinais     |
|  | Formulação das questões do DCP  | DCP estruturado  |
| Envolver a comunidade para o DCP   | Mobilização da comunidade   | Grande número de comunitários participando e fornecendo informações                    |
|  | Identificação e participação dos “guardiões da memória” <sup>10</sup>     | “Guardiões da memória” identificados e colaborando                                     |
| Realizar reuniões para acompanhamento do DCP   | Apresentação de dúvidas e dificuldades                                    | Dúvidas e dificuldades sanadas<br>Ajustes de condutas                                  |
|  | Avaliação do processo   | Discussão aberta sobre o andamento dos trabalhos                                       |
| Consolidar e apresentar o produto do DCP   | Reunião de cada etnia para consolidar as informações do DCP               | Consolidado de informações das três etnias   |
|  | Apresentação para o grupo dos três consolidados                           | Grupo informado e ciente dos trabalhos de todas as etnias que compõe o Mosaico Bocaina |
| Realizar reuniões para discutir a proposta de um projeto de plantas medicinais para o Mosaico da Bocaina | Busca de ferramentas para a realização das oficinas                       | Ferramentas selecionadas   |
|  | Grupo de comunitários interessados em discutir a formatação de um projeto | Projeto construído   |

Fonte: “Elaboração própria”

As abordagens avaliativas de projetos focados em desenvolvimento local e que possuem em sua base conceitual políticas intersetoriais, precisam ser inovativas e complexas, uma vez que pressupõe a compreensão de percepções e aspectos culturais de

<sup>10</sup> São considerados, neste texto, guardiões da memória os: raizeiros, benzedeiros, griôs, pajés, entre outros que utilizam as plantas medicinais através do conhecimento ancestral.

difícil avaliação (CARVALHO, 2004), no nosso caso seria como poderemos perceber o resgate de um aspecto cultural de uma comunidade tradicional – o uso de plantas medicinais – e como este resgate reflete em uma satisfação e maior autonomia no cuidado da saúde desta comunidade.

Projetos de cunho social podem ter resultados e impactos previsíveis e não previsíveis, tangíveis e intangíveis, imediatos ou de médio prazo. Por esta razão, a avaliação dos resultados e impactos deve ocorrer ao longo do projeto e também depois de algum tempo, fala-se neste caso em avaliação *post-facto* (CARVALHO, 2001). Como a proposta de trabalho culmina com a formatação de um projeto comunitário sobre as plantas medicinais, a avaliação deverá ser contínua durante todo o processo e *posteriori* também.

## **6. Análise de viabilidade de implantação**

Para a concretização desta proposta de projeto algumas situações deverão convergir, a saber:

- Aceitação da proposta e financiamento do projeto pelo OTSS ou obtenção de recursos por outra fonte financiadora a ser pesquisada;
- Aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da ENSP/FIOCRUZ;
- Aceitação da proposta pelo Fórum de Comunidades Tradicionais do Mosaico da Bocaina.

## **7. Aspectos éticos**

A presente proposta sendo aceita pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, que é o projeto central do qual o presente projeto se anexará, deverá ser submetido à Comissão de Ética e Pesquisa (CEP) da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), e só poderá ter início após a aprovação por esta Comissão.

Após aprovações do OTSS, recursos financeiros provisionados e submissão ao CEP o pré-projeto será apresentado e discutido com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT).

## 8. Orçamento

**Quadro III** – Previsão de orçamento para a realização do Projeto “Revitalização do Conhecimento e Uso das Plantas Medicinais em uma Comunidade Tradicional do Mosaico da Bocaina”

| <b>Ação</b>  | <b>Descrição do custo</b>                  | <b>Custo unitário (R\$)</b> | <b>Total (R\$)</b> |
|--|--|-----------------------------|--------------------|
| Realizar 3 reuniões com lideranças do FCT  | Passagem de ônibus (ida/volta) para Paraty | 156,00                      | 468,00             |
|  | Diária de hospedagem em Paraty             | 120,00                      | 360,00             |
|  | Alimentação                                | 60,00                       | 180,00             |
| Apresentar a proposta de um trabalho de diagnóstico comunitário participativo sobre plantas medicinais – previsto 4 reuniões | Passagem de ônibus (ida/volta) para Paraty | 156,00                      | 624,00             |
|  | Diária de hospedagem em Paraty             | 120,00                      | 480,00             |
|  | Alimentação                                | 60,00                       | 240,00             |
|  | Confecção de lanche para as reuniões       | 250,00                      | 1.000,00           |
| Organizar grupos para a realização de diagnóstico participativo comunitário sobre as plantas medicinais (2 encontros)        | Confecção de lanche para as reuniões       | 250,00                      | 500,00             |
| Realizar oficinas  | Passagem de                                | 156,00                      | 468,00             |

|  |  |        |          |
|--|--|--------|----------|
| para discutir o DCP<br>(3 encontros)                                       | ônibus (ida/volta)<br>para Paraty                |        |          |
|  | Diária de<br>hospedagem em<br>Paraty             | 120,00 | 360,00   |
|  | Alimentação                                      | 60,00  | 180,00   |
|  | Pró-labore para um<br>facilitador                | 650,00 | 1.950,00 |
|  | Material para a<br>realização das<br>oficinas    | 500,00 | 1.500,00 |
|  | Filmagem das<br>oficinas                         | 300,00 | 900,00   |
| Envolver a<br>comunidade para o<br>DCP                                     | Confecção de<br>material                         | 500,00 | 500,00   |
| Realizar reuniões<br>para<br>acompanhamento<br>do DCP (3<br>encontros)     | Passagem de<br>ônibus (ida/volta)<br>para Paraty | 156,00 | 468,00   |
|  | Diária de<br>hospedagem em<br>Paraty             | 120,00 | 360,00   |
|  | Alimentação                                      | 60,00  | 180,00   |
| Consolidar e<br>apresentar o<br>produto do DCP (1<br>oficina de três dias) | Passagem de ônibus<br>(ida/volta) para<br>Paraty | 156,00 | 156,00   |
|  | Diária de<br>hospedagem em<br>Paraty             | 120,00 | 360,00   |
|  | Alimentação                                      | 60,00  | 180,00   |
|  | Filmagem da<br>oficina                           | 300,00 | 900,00   |
| Realizar oficinas  | Passagem de ônibus                               | 156,00 | 624,00   |

|  |                                |        |                  |
|--|--------------------------------|--------|------------------|
| para discutir a proposta de um projeto de plantas medicinais para o Mosaico da Bocaina (previsto 4 oficinas) | (ida/volta) para Paraty        |        |                  |
|  | Diária de hospedagem em Paraty | 120,00 | 480,00           |
|  | Alimentação                    | 60,00  | 240,00           |
| <b>TOTAL</b>   |                                |        | <b>13.658,00</b> |

Fonte: “Elaboração própria”

## 9. Cronograma

A proposta deste trabalho deverá se realizar num período máximo de oito meses, pois em se tratando de região de grande fluxo turístico no período do verão, e como várias comunidades se dedicam ao turismo comunitário, o projeto está previsto para ocorrer entre os meses de março a outubro.

**Quadro IV** – Cronograma para realização das ações do Projeto “Revitalização do Conhecimento e Uso das Plantas Medicinais em uma Comunidade Tradicional do Mosaico da Bocaina”

| Ação   | Meses |      |      |      |      |      |      |      |
|--|-------|------|------|------|------|------|------|------|
|  | Mar.  | Abr. | Mai. | Jun. | Jul. | Ago. | Set. | Out. |
| Realizar reuniões com lideranças do FCT  | X     | X    |      |      |      |      |      |      |
| Apresentar a proposta de um trabalho de diagnóstico comunitário participativo sobre plantas medicinais   |       | X    | X    |      |      |      |      |      |
| Organizar grupos para a realização de diagnóstico participativo comunitário sobre as plantas medicinais  |       |      | X    |      |      |      |      |      |
| Realizar oficinas para discutir o DCP  |       |      |      | X    | X    |      |      |      |
| Envolver a comunidade para o DCP   |       |      |      |      | X    | X    | X    |      |
| Realizar reuniões para acompanhamento do DCP   |       |      |      |      | X    | X    | X    |      |
| Consolidar e apresentar o produto do DCP   |       |      |      |      |      |      |      | X    |
| Realizar oficinas para discutir a proposta de um projeto de plantas medicinais para o Mosaico da Bocaina |       |      |      |      |      |      |      | X    |

Fonte : “Elaboração própria”

## **10. Considerações finais**

A presente proposta de projeto de intervenção deverá ainda ser discutida com os gestores do território em questão – Mosaico da Bocaina – mais precisamente o Fórum de Comunidades Tradicionais e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bacaina, no entanto, contatos informais foram realizados e é grande o interesse pelo objeto do trabalho – as plantas medicinais.

Creio ser este um projeto inovador, pois traz para dentro do território tradicional a discussão de como proceder nas ações da revitalização do conhecimento e uso das plantas medicinais procurando articular as três políticas nacionais discutidas (PNPCT, PNPS e PNPMF), no enfoque da ecologia dos saberes.

Esse esforço busca guardar coerência com a ecologia de saberes de Boaventura Santos, pois a tessitura dessa rede de conhecimentos será construída a partir do que essas populações tradicionais trazem ao longo de sua trajetória dialogando com os saberes que a academia possa sistematizar em conjunto com eles.

Creio que dessa forma não só um trabalho acadêmico seja construído mas uma possibilidade de fortalecimento de seus modos de vida de forma equilibrada e sustentável o que se aproxima muito da razão de ser dessas comunidades tradicionais – viver em harmonia com o território em que habitam.

## 11. Referências

- AZEVEDO, E; PELICIONI, MCF Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n.3, jul/set 2011.
- BAQUERO, R. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.6, n.1., p.173-187, jan-abr 2012.
- BODSTEIN, R et al. Avaliação da implantação do programa de desenvolvimento integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.9 n.3, p.593-604, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 2519, de 16 de março de 1998, Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf) Acesso em 20/05/2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saude. Secretaria de Ciencia, Tecnologia e Insumos Estrategicos. Departamento de Assistencia Farmaceutica. *A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Mediciniais da Central de Medicamentos*. Brasilia: Ministerio da Saude, 2006a. 148p.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saude. Secretaria Executiva. Secretaria de Atencao a Saude. Secretaria de Ciencia, Tecnologia e Insumos Estrategicos. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, PNPIC,- SUS*. Brasilia: Ministerio da Saude, 2006b. 92p. (Serie B. Textos Basicos de Saude).
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. *Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006c. 60p. (Série B. Textos Básicos de Saúde)
- \_\_\_\_\_. Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasilia – DF – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 20 jan. 2016.

- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Nº 349, de 11 de dezembro de 2006. Institui Mosaicos do Corredor da Serra do Mar Mosaico Bocaina. Disponível em: [http://www.mosaicobocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/mosaicobocaina\\_portaria349\\_criamosaicobocaina2006.12.11.pdf](http://www.mosaicobocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/mosaicobocaina_portaria349_criamosaicobocaina2006.12.11.pdf) . Acesso em 18/01/2016.
- BUSS, P.M.; PELLEGRINI Fº, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol.17, n.1, p.77-93, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06>. Acesso em 15/03/2016.
- CARVALHO, Antônio Ivo et al . Concepts and approaches in the evaluation of health promotion. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 9, n. 3, p. 521-529, Sept. 2004 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232004000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000300002&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232004000300002>.
- CARVALHO, J. M.P – *O Patrimônio Imaterial da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba e a Escola: Em busca de uma educação diferenciada. Paraty – Rio de Janeiro*. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/dissertacao\\_julia\\_manso\\_2010.pdf](http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/dissertacao_julia_manso_2010.pdf) Acesso em: 22 jan. 2016.
- CARVALHO, M.C.B. Avaliação de Projetos Sociais In: AVILA, C.M. (Org.). *Gestão de Projetos Sociais*. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.
- CUNHA, M.C. Relações e Dissensões entre Saberes Tradicionais e Saber Científico. *Revista USP*, São Paulo, n.75, p. 76-84, set./nov. 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/75/08-manuelacarneiro.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2016.
- DANTAS, F.A.C Base Jurídica para a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais. *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.2, p.80-95, mai./out. 2006.

- DIEGUES.A.C.; ARRUDA R.S.V. (Org.) *Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do meio ambiente; NUPAUB/USP, 2001.
- GALLO, E; et al. Território, Governança e Autonomia: o caso do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 11., 2015, Goiania. Anais eletrônicos... Goiania: ABRASCO, 2015. Comunicação Oral. Disponível em: <[http://www.saudecoletiva.org.br/programacao/exibe\\_trabalho.php?id\\_trabalho=4561&id\\_atividade=537&tipo=>](http://www.saudecoletiva.org.br/programacao/exibe_trabalho.php?id_trabalho=4561&id_atividade=537&tipo=>). Acesso em: 20 jan. 2016.
- KRONENBERG, D., *Desenvolvimento Local Sustentável – uma abordagem prática*. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- KLEBA, M.E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.
- MOREIRA, E. *Conhecimentos Tradicionais e sua Proteção*. Disponível em: [https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download\\_de/ecology/Beitrag\\_Eliane\\_Moreira\\_portugiesisch.pdf](https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/ecology/Beitrag_Eliane_Moreira_portugiesisch.pdf). Acesso em: 27 jan. 2016.
- OLIVEIRA, F.J.R.; SANTOS, R.; CORBELLINE, L.M. Protagonismo Juvenil e Manejo da Palmeira Juçara em Comunidades Quilombolas. *Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas*. Rio de Janeiro, 1ªed. 2014, p.53-63.
- SANTOS, Boaventura S. *O Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. Madison/EUA, dez. 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf> . Acesso em 21/01/2016.
- SANTOS, B.S. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Ed. Cortez, 3ªed, 2005.
- SANTOS, L.M. Ecologia de saberes: a experiência do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional na comunidade quilombola da Rocinha *Tempus. Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v.8, n.2, p.243-256, jun. 2014.
- WEINSTEIN, A.L. et al. *Diagnóstico Comunitário Participativo – Manual de Ferramentas*. Genos Internacional Assessoria e Consultoria em Saúde e

Desenvolvimento Social. Reino Unido, 2005. Disponível em: <http://www.portalsida.org/repos/MANUA%20Portuguese2.pdf> . Acesso em: 02 mar. 2016.

- ZIMMERMANN S.A. A Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Carta Maior, São Paulo 28/04/2009. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Opinio/A-Politica-de-Desenvolvimento-Sustentavel-dos-Povos-e-Comunidades-Tradicionais/22009> Acesso em: 20/01/2016.